



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201988100012	Distribuição: 08/01/2019
Número Único: 0000075-43.2019.8.25.0053	Competência: 2ª Vara Cível de Socorro
Classe: Procedimento Comum	Fase: EMBARGOS DE DECLARACAO
Situação: Julgado	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: ÉDSON MÁRIO DOS SANTOS
Endereço: RUA IVONE FERREIRA, Nº
Complemento: Conjunto Novo Horizonte (Final de Linha)
Bairro: MARCOS FREIRE III
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201
Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201988100012

DATA:

23/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Embargos de Declaração realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo: 201988100012

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por EDSON MARIO DOS SANTOS, nos termos do artigo 1024, III do CPC/15, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DO ERRO MATERIAL

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE EM PARTE A PRETENSÃO AUTURAL, EXTINGUINDO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 487, I DO CPC C/C LEI Nº 6.194/74 PARA: A) CONDENAR A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ, NO VALOR DE R\$ 337, 50 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), INCIDINDO CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO (01/08/2018), NOS TERMOS DO Parágrafo 1º DO ARTIGO 5º DA LEI 6.194/74 COM NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.484/07 E DA SUMULA 43 DO STJ, COM ACRESCIMO DE JUROS DE 1% AO MÊS, CONTADOS A PARTIR DA CITACÃO; B) INDEFERIR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS; EM FACE DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, CONDENO AMBAS AS PARTES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, NA PROPORÇÃO DE 60% PARA O AUTOR E 40% PARA A SEGURADORA REQUERIDA, BEM COMO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM R\$ 500, 00 PARA CADA PATRONO, NOS TERMOS DO ART. 85, Parágrafo 8º DO CPC, SALIENTANDO QUE A EXIGIBILIDADE EM RELAÇÃO AO AUTOR SE ENCONTRA SUSPensa EM VISTA DA GRATUIDADE CONCEDIDA NOS AUTOS. EXPECA-SE ALVARÁ JUDICIAL EM FAVOR DO PERITO, CONFORME COMPROVANTE DE FL. 118. INTERPOSTO RECURSO DE APELAÇÃO, INTIME-SE A PARTE APELADA PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE DIAS), APRESENTAR SUAS CONTRARRAZÕES, NOS MOLDES DO ART. 1.010, Parágrafo 1º DO CPC. CASO AS CONTRARRAZÕES DO RECURSO PRINCIPAL OU DO ADESIVO VENTILEM MATERIAS ELENCADAS NO ART. 1.009, Parágrafo 1º, DO CPC, INTIME-SE O RECORRENTE PARA SE MANIFESTAR SOBRE ELAS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONFORME O ART. 1.009, Parágrafo 2º, DO CPC. SE O APELADO INTERPUSER APELAÇÃO ADESIVA, INTIME-SE O ORA APELANTE PARA APRESENTAR CONTRARRAZÕES (ART. 1.010, Parágrafo 2º DO CPC). EM CASO NEGATIVO, REMETAM-SE OS AUTOS AO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESTE ESTADO (ART. 1.010, Parágrafo 3º DO CPC). APÓS O TRANSITO EM JULGADO, INEXISTINDO REQUERIMENTOS, ARQUIVE-SE. P.R.I.

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como marco inicial para a contagem da correção monetária a data de 01/08/2018, quando na verdade o sinistro ocorreu em 01/06/2018.

Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou data equivocada, ensejando, portanto, que possam ser admitidos como pertinentes e oportunos os presentes embargos de declaração.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera destarte, se digne Vossa Excelência de receber os presentes Embargos de Declaração, deles conhecendo, para afinal, julgando-os procedentes, corrigir o erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOCORRO, 20 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE